

A USP gerou ou abrigou, ao longo de oitenta anos, inúmeros quadros acadêmicos e políticos que se tornaram referências à esquerda e à direita. Mas sempre foi controlada por uma oligarquia: um relativamente pequeno grupo de professores titulares que fazem lembrar os antigos catedráticos — e cujo poder emana de forças conservadoras e da máquina do governo estadual. O professor J.G. Rodas, do Direito, guindado à condição de reitor pelo então governador José Serra (PSDB) numa operação planejada, conduziu a gestão mais intolerante e destrutiva em décadas

Quando, ao final da gestão Suely Vilela (em dezembro de 2010), o então governador José Serra (PSDB), ao exercer a prerrogativa de escolher um nome entre os três mais votados no colégio eleitoral de reitor da USP, fixou-se no de João Grandino Rodas, o segundo na lista tríplice, de imediato se percebeu que essa opção política implicava um endurecimento da Reitoria frente às entidades representativas e movimentos sociais, bem como uma reorientação da Universidade que atendesse a certas expectativas do governo estadual.

Antes de tornar-se diretor da Faculdade de Direito (FD-USP), onde envolveu-se em sérios conflitos com estudantes e docentes, J. G. Rodas foi desembargador no Rio Grande do Sul. No governo de Fernando Henrique Cardoso, integrou por algum tempo a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça — na qual em alguns casos, como no do assassinato de Zuzu Angel, acompanhou o representante do Exército e votou contrariamente às vítimas da Dita-

dura Militar — e presidiu, depois, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão do Ministério da Justiça encarregado de combater práticas empresariais predatórias.

Nada fazia dele um *scholar*, nem mesmo um administrador acadêmico notável, ao contrário: suas arbitrárias e excêntricas decisões na FD, tais como empacotar e “exilar” a veneranda biblioteca da escola, sem consultar ninguém, ou atribuir nomes de ricos a determinadas salas do histórico prédio em troca de doações financeiras, geraram tensões e ressentimentos que fariam com que lhe fosse atribuído, quando já ocupava o cargo de reitor, o indelével título de *persona non grata* da Congregação, aprovado por unanimidade.

Fosse como fosse, amparado na condição de diretor de uma das mais afamadas unidades da USP, bem como na posição de amigo pessoal de FHC e do ex-ministro Celso Lafer (também professor no Largo São Francisco), J. G. Rodas escalou-se, ou foi escalado, para disputar a candidatura a reitor. Fa-

lou desajeitadamente (e insistentemente) em “diálogo” e fez uma campanha forte. Obteve apenas o segundo lugar no colégio eleitoral, mas esse detalhe não importava! Era o suficiente para integrar a lista tríplice, condição *sine qua non* para que o governador pudesse guindá-lo à condição de reitor. Ao nomeá-lo, Serra tornou-se um dos principais responsáveis pela pior gestão reitoral da USP desde o final da Ditadura Militar, em 1985.

A postura imperial do novo reitor deu-se a conhecer logo após a nomeação. J. G. Rodas marcou sua própria posse para o fim de janeiro de 2010, mais de um mês depois de encerrar-se o mandato de Suely. Não bastava ser um reitor tucano, era preciso ter estilo, e ele estava determinado a imprimir seu modo de governar em praticamente todas as facetas da vida da USP, conduzindo seus projetos *manu militari* e fazendo ouvidos moucos à comunidade. A reforma do Antigo Prédio da Reitoria foi um dos marcos paradigmáticos desse estilo *prendo-e-arrebento*.

Na virada de 2010 para 2011, nova e chocante surpresa: a gestão de J. G. Rodas demite de uma só vez 270 celetistas aposentados, ferindo assim resoluções cristalinas do Supremo Tribunal Federal e orientação anterior da própria Consultoria Jurídica (hoje PG-USP)



Rodas inaugura sua parceria com a Secretaria de Segurança

Sem aviso prévio, sem comunicação ao Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) e sem qualquer tentativa de negociação, a Reitoria começou a desalojar os diferentes serviços e órgãos que funcionavam no Antigo Prédio, como o Instituto de Estudos Avançados (IEA), a Procuradoria Geral (PG), a Editora da USP (Edusp), a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), o Coral da USP. Os funcionários foram despachados para trabalhar em locais distantes do *campus* do Butantã, como o centro da cidade ou o bairro de Santo Amaro. Alguns, menos infelizes, foram realocados na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, em imóveis alugados no entorno do *campus*. Com a finalidade de sediar alguns desses órgãos, J.G. Rodas mandou que se adquirissem imóveis. Espaços do Centro Empresarial Santo Amaro e outros imóveis foram comprados pela USP pela bagatela de R\$ 34 milhões.

A Rádio USP, cujas dependências e estúdios haviam passado por uma completa reforma, foi inapelavelmente desalojada, assim como a TV USP. A moderna livraria “João Alexandre Barbosa”, da Edusp, situada numa das esquinas do prédio, recém-inaugurada (2009) e que contava com crescente afluência de público, foi inicialmente interditada, e posteriormente atropelada pela obra (atualmente, depois de breve estada no Museu de Arte Contemporânea, a livraria foi reinaugurada na Biblioteca Brasileira). Os funcionários por fim conseguiram organizar uma resistência à diáspora forçada. A Reitoria precisou negociar com o Sintusp: aceitou a permanência daqueles que ainda não haviam sido removidos e se declarassem contrários à mudança de local de trabalho.

Também a sede da Adusp, no anexo do Antigo Prédio, foi removida num processo conturbado, no qual o reitor buscou interpelar judicialmente a diretoria da entidade (por outro motivo, relacionado a supostas de-

clarações contra ele), teve de recuar, cedeu um novo imóvel, mas jamais assinou o Termo de Permissão de Uso que regularizaria a situação.

Assim, desapareceu a perspectiva de “diálogo”, que parecera ganhar um alento momentâneo quando da assinatura de um acordo com a Adusp relativo ao pagamento parcial da Ação do Gatilho (*Revista Adusp* 50, p. 84: <http://goo.gl/1ZCCUq>), em meados de 2011. A partir desse momento a Reitoria abandonaria a interlocução seja com a Adusp, seja com quaisquer movimentos.

Porém, o modo de agir da nova gestão já ficara evidente na virada do ano de 2010 para 2011, quando a universidade viu-se abalada por uma nova e chocante surpresa: a gestão de J. G. Rodas demitira 270 funcionários celetistas aposentados, ferindo resoluções cristalinas do Supremo Tribunal Federal e orientação anterior da própria Consultoria Jurídica da USP (hoje denominada PG). Os recessos, momentos de esvaziamento sazonal e desmobiliza-

ção da Universidade, logo se viu, seriam os preferidos da gestão para o anúncio de medidas perversas ou controvertidas.

O reitor considerava-se tão seguro de sua força política que, ao longo da gestão, encaminhou diversas questões sensíveis, de grande importância na vida da instituição, sem sequer consultar o Conselho Universitário — embora dispusesse, na maior parte do mandato, de tranquila maioria nesse colegiado. Um exemplo cristalino: a reforma privatizante do sistema de saúde da USP, inicialmente por meio do “Sistema Próprio de Saúde”, lançado em 2011, mas rapidamente fracassado, e num segundo momento por intermédio do “Plano de Saúde por Pré-Pagamento”, em 2012. O assunto, que interessa diretamente à maioria dos mais de 15 mil funcionários técnico-administrativos e 6 mil docentes (e em maior ou menor medida a dezenas de milhares de estudantes), simplesmente não chegou ao principal colegiado da USP.

O mesmo se deu com a implantação do ambicioso programa USP Internacional, lançado em março de 2013. A Resolução 6.518/13 criou “Núcleos Internacionais da USP” em São Paulo, Boston, Londres e Singapura, e instituiu um “conselho internacional”, presidido por Celso Lafer. O artigo 9º rezava que o programa funcionaria “por prazo determinado, até 24 de janeiro de 2014”, quando seria apresentado um relatório das atividades desenvolvidas e uma nova proposta “para os próximos quatro anos”! (Contudo, até agora não há notícias nem do relatório, nem da proposta).

A violenta invasão do campus do Butantã pela PM, em 2009, com aval de Suely, foi proposta no Conselho Universitário por Rodas, então diretor da FD. Ao longo da sua própria gestão na Reitoria, ele abriria os portões da USP mais de uma vez à entrada das tropas de choque

Em certo sentido, a gestão de J.G. Rodas representou a continuidade da gestão de Suely. Ele herdou dela, presumivelmente por acordo, o chefe de gabinete, Alberto Carlos Amadio, e o coringa Wanderley Messias, superintendente de relações institucionais. Ele também nomeou o filho de Suely, Carlos Alberto Vilela Sampaio, procurador da USP, o que foi denunciado ao Ministério Público Estadual (MPE) como irregular. O MPE abriu investigação, com a finalidade de averiguar também o ingresso de Gustavo Monaco no quadro de procuradores da USP e, sobretudo, sua nomeação como procurador geral.

A violenta invasão do *campus* do Butantã pela Polícia Militar, em 2009, com aval de Suely, foi proposta no Conselho Universitário por J.G. Rodas, então diretor da FD. Ao longo da sua própria gestão na Reitoria, ele não apenas estreitaria a relação institucional entre a USP e a Secretaria da Segurança Pública

(SSP), como abriria os portões da universidade mais de uma vez à entrada das tropas de choque da PM. O assassinato de Felipe Ramos de Paiva, aluno da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) vítima de assaltantes em maio de 2011, foi manipulado por J.G. Rodas, que o utilizou para justificar maior presença de policiais militares no patrulhamento do *campus*.

Em setembro de 2011 é assinado convênio com a SSP, garantindo aumento do contingente da PM. Em outubro, a detenção, no *campus*, de três alunos que estariam fumando maconha dá início a uma série de incidentes que desemboca na ocupação da Reitoria. O reitor pede à justiça reintegração de posse, que ocorre na madrugada de 8 de novembro, por meio de uma operação militar que envolve 400 soldados e grande aparato repressivo (vide *Revista Adusp* 52, <http://goo.gl/WgSOi3>). É a ponta do *iceberg* da política de J. G. Rodas de criminalização dos movimentos, que envolve outras frentes, como a atuação da Procuradoria Disciplinar (um ramo da PG criado por Gustavo Monaco); a expulsão de alunos após processos draconianos (seis ao todo, dos quais três posteriormente reintegrados por decisão judicial); a montagem de um esquema de espionagem interna, cujo responsável reportava-se ao chefe de gabinete A. C. Amadio; e a criação de uma nova estrutura repressiva, a Superintendência de Segurança (“SS”?), chefiada por coronéis da PM aposentados.

Em todos os episódios que envolveram a PM, o reitor recebeu total apoio do governador Geraldo

Alckmin (PSDB), que chegou a sugerir (logo ele!) que os estudantes da USP precisavam tomar “aulas de democracia” (*sic*). Ao que parece, houve bastante sintonia entre um e outro, embora tivesse sido Serra o autor da nomeação de J.G. Rodas. Sintonia talvez cimentada pela afinidade de ambos com o ultracatolicismo da Opus Dei, que levaria o reitor a apoiar abertamente uma chapa de oposição ao Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre “Alexandre Vannuchi Leme”) cujo material de divulgação recomendava que fossem “queimados no fogo do Inferno”, literalmente, “esquerdistas” como Clinton, Obama e... FHC.

Em julho de 2013, uma epifania agitou o reitor. Ainda que tardiamente, J. G. Rodas pareceu haver descoberto a existência da democracia. Deu a entender, com grande alarde, que abriria um processo de democratização da estrutura de poder da USP, insinuando uma proposta de eleições diretas para o principal cargo da instituição (como parte da mídia chegou a noticiar). Desse modo, a Reitoria divulgou, por meio do informativo oficial *USP Destaques 77*, um “convite” à comunidade universitária para que discutisse o processo de eleição de reitor ou reitora, diretores e diretoras de unidades, chefes de departamentos.

Como nem tudo é perfeito, o enunciado publicado no *USP Destaques* comportava restrições: “Em carta, reitor convida comunidade para discutir processo de eleição de dirigentes; participação pode ser feita pelo site www.democracia.usp.br ou e-mail democracia@usp.br.” Eis



Daniel Garcia

Reitor Marco A. Zago

que o método adotado pela Reitoria para abrir o debate à comunidade impunha, assim, uma mera participação à distância, eletrônica. Nada de incômodos debates presenciais. Ademais, o comunicado utilizava a expressão “participação efetiva”, mas não citava eleições diretas.

As entidades representativas reivindicaram, desde sempre, eleições diretas para reitor e demais dirigentes, na mesma medida em que a oligarquia as rejeitava, valendo-se de alegações meritocráticas e discriminatórias (tais como o caráter transitório da condição discente). Dado que o movimento social não conseguiu mobilização que alterasse a correlação de forças, o resultado do processo deflagrado por J.G. Rodas em 2013 não poderia ser diferente. Como veremos adiante, o Conselho Universitário descartou até a proposta de emenda ao Estatuto apresentada pela Adusp, assumidamente tática: instauração de uma consulta

oficial paritária, com transposição dos resultados para a lista tríplice a ser encaminhada ao governador. O milimétrico avanço obtido, assim, consiste no fato de que a eleição passa a ser por chapas (que reúnem candidatos a reitor ou reitora e vice-reitor ou vice-reitora), pois a modalidade de consulta aprovada pelos conselheiros, por proposta dos diretores, é decorativa: os participantes podem votar em até três chapas e não há sequer ponderação dos votos entre as categorias.

O colégio eleitoral deu aos candidatos a reitor e vice-reitora apoiados por Rodas — Messias e Suely — a segunda menor votação entre as 4 chapas concorrentes: 462 sufrágios, contra 1.206 recebidos por Zago e Vahan

Em setembro de 2013, a Casa Civil de Alckmin chancelou uma provável ilegalidade ao ampliar até 25 de janeiro de 2014 o mandato de J.G. Rodas, computando como data inicial a sua posse no cargo (e não a data final do mandato de sua antecessora). O instrumento para tal foi uma “apostila”, isto é, uma espécie de anotação no decreto de Serra de novembro de 2009 (“revalidado” em dezembro do mesmo ano) que nomeou o reitor, segundo a qual “a contagem dos 4 [*sic*] anos de man-

dato previsto para o exercício do cargo tem início a partir da data da efetiva entrada do interessado no exercício do referido cargo”. (À parte os atentados ao vernáculo, causa espécie que o reitor seja tratado como “interessado”, como se pudesse tomar posse no cargo a qualquer tempo, a seu bel prazer, à revelia de prazos e obrigações).

Não obstante esse favor do governo estadual, o final do mandato reservou amargas decepções para J.G. Rodas. Ele não conseguiu aprovar na reunião do Conselho Universitário de outubro de 2013 a modesta mudança estatutária que defendia para a eleição de reitor ou reitora, a saber: instituição da consulta oficial à comunidade, adotando-se a fórmula “70/15/15”, ou seja, estipulando-se a (esmagadora) proporcionalidade de 70% para o voto dos docentes, 15% para os funcionários e 15% para os estudantes. Prevaleceu a articulação dos diretores de unidades, os quais conseguiram consagrar nesse colegiado uma rebaixada proposta de consulta à comunidade, sem ponderação e sem valor oficial.

Mais grave ainda: o colégio eleitoral que consumou a sucessão deu aos candidatos a reitor e vice-reitora apoiados por J.G. Rodas — Wanderley Messias e Suely Vilela — a segunda menor votação entre as quatro chapas concorrentes, 462 sufrágios, o equivalente a pouco mais de um terço dos 1.206 votos recebidos pelos vencedores Marco Antonio Zago e Vahan Agopyan. (Num também distante segundo lugar, Hélio Nogueira da Cruz e Telma Zorn obtiveram 498 votos. José Roberto Cardoso e José Franchini

Ramires restaram na última posição, com 278 votos.)

A derrota, que sobreveio apesar da concessão do prêmio de produtividade a professores e funcionários em meio à campanha eleitoral de reitor (vide p.75), foi ainda mais contundente na medida em que a dupla Messias-Suely assumiu-se ostensivamente como projeto de continuidade da gestão J.G. Rodas. O reitor em pessoa circulou por unidades da capital e do interior, tanto para pedir votos para a chapa, como para atacar abertamente os demais candidatos — especialmente Zago e Cruz, porque ocupavam, até às vésperas do processo eleitoral, os cargos de pró-reitor de Pesquisa e vice-reitor eleito. Sobre Zago, ele fez questão de lembrar que, se eleito, não poderia cumprir todo o mandato, pois completaria setenta anos no exercício do cargo (como será resolvida tal situação é uma fascinante incógnita, a conferir no decorrer da gestão iniciada em janeiro de 2014).

A vitória de Zago por ampla margem sugere que mesmo a oligarquia que controla a USP — que apoiou, aceitou ou tolerou a maior parte das tropelias cometidas pela gestão que se encerrava — preferiu divorciar-se de J.G. Rodas, não estando disposta a confiar um mandato reitoral ao continuísmo a ser trilhado por colegas de desmedido apetite institucional. Seria uma curiosidade digna de nota o eventual retorno à Reitoria, na condição porém de vice-reitora, de Suely, envolvida em caso de plágio que resultou na demissão do líder de seu grupo de pesquisa na Faculdade de Ciências Farmacêuticas

de Ribeirão Preto, o professor Andreimar Soares, desligado da Universidade em 2011, após processo disciplinar (coautora do trabalho retratado, a ex-reitora foi isentada de responsabilidade). Cabe ainda lembrar que, ao longo de 2013, ganharam força os rumores de que o próprio reitor seria candidato a vice-reitor numa chapa encabeçada por Cruz. Possibilidade que só desapareceu do horizonte quando ele anunciou, em comunicado, que não disputaria cargo algum.

Encerrado o processo eleitoral, o reitor em fim de mandato literalmente desapareceu, deixando a USP acéfala. Entrou de férias. No dia 9 de janeiro de 2014, enquanto se dava, à revelia de qualquer planejamento da Reitoria, a interdição do *campus* da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), em atendimento a uma decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública (ampliando-se assim a crise daquela unidade às vésperas de um novo ano letivo), J.G. Rodas cumpria um merecido descanso, presumivelmente no exterior. O professor Cruz, que havia se desincompatibilizado para concorrer, e reassumiu seu cargo depois da eleição, tornou-se assim “vice-reitor no exercício da Reitoria”. Mas o próprio Cruz declarou ao *Informativo Adusp* que o responsável por tocar os assuntos da EACH era o chefe de gabinete A. C. Amadio.

Por fim, não pode ser esquecido, no epitáfio dessa gestão, o golpe desfechado pelo reitor contra os movimentos sociais, no tocante à criação de uma Comissão da Verdade da USP. Depois de meses de negociação entre o Fórum pela De-

mocratização da USP (que reúne duas dezenas de grupos e entidades, entre as quais a Adusp) e a Reitoria, quando já se aprovava uma fórmula de consenso para a composição desse colegiado, J. G. Rodas repentinamente nomeou sua própria comissão, formada exclusivamente por docentes, incumbindo de sua presidência o professor Dalmo de Abreu Dallari (FD). Obviamente, o reitor ignorou as indicações feitas pelas entidades representativas, entre as quais as dos docentes eleitos por assembleia da Adusp: Amábil Xavier Rodrigues Manço (FMRP), Fábio Konder Comparato (FD), Maria Helena Souza Patto (IP), Marilena Chauí (FFLCH), Pedro Paulo Chieffi (FM), Zilda Iokoi (FFLCH).

Até o encerramento desta edição, a Comissão da Verdade da USP não disse a que veio. Seu futuro será um bom indicador de quanto a nova gestão pretende, realmente, democratizar a instituição.

O Ministério Público impetrou ação contra Rodas por improbidade administrativa. Em outro caso, investiga o ex-diretor da EACH Jorge Boueri (que o então reitor negou-se a destituir), suspeito de enriquecimento ilícito e crimes ambientais

ROMBO ESTIMADO EM R\$ 1 BILHÃO

Um ponto se destaca entre as heranças deixadas por J.G. Rodas: o descalabro financeiro. A gestão atual estima que Rodas tenha “queimado” as reservas financeiras da USP em cerca de R\$ 1 bilhão. A Adusp está exigindo que a Reitoria realize uma auditoria completa nas contas da gestão anterior.

Quanto terá custado, por exemplo, a faraônica reforma do Antigo Prédio da Reitoria (que agora voltou a sediar o gabinete do reitor e outros órgãos da administração central), nominalmente orçada, em 2010, em R\$ 16 milhões, mas que deve ter no mínimo dobrado esse montante?

J.G. Rodas introduziu o mecanismo de aprovação de orçamentos *ad referendum* do Conselho Universitário (que não se rebelou contra tal prática), agravando assim a inexistência de critérios institucionais de prioridades. Qual a real necessidade de certas obras que, provavelmente, consumiram a reserva financeira?

O reitor Marco Antonio Zago e o vice-reitor Vahan Agopyan, que exerceram cargos de destaque na administração Rodas, tomarão a iniciativa de investigar o rombo nas reservas da USP e apurar responsabilidades? O resultado da investigação será levado ao Ministério Público?

Os prejuízos causados à USP pela gestão de J.G. Rodas podem não se limitar àqueles de caráter acadêmico. Há igualmente os danos de natureza material. Em 2013, o Ministério Público Estadual (MPE) impetrou ação contra o então reitor não apenas por atos que cometeu na condição de diretor da FD, mas também porque mandou imprimir com verba da universidade (R\$ 5.319,61), em 2011, 6 mil cópias de boletim no qual atacou o professor Antonio Magalhães Gomes Filho, que o sucedeu na direção daquela unidade.

Foi Gomes Filho quem solicitara ao MPE que investigasse os

acordos, celebrados por seu antecessor com a família do banqueiro Pedro Conde e com o escritório de advocacia Pinheiro Neto, que vinculavam o financiamento privado de obras na FD à atribuição dos nomes dos doadores às salas criadas ou reformadas.

O inquérito civil público 941/13, aberto pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital (MPE), para investigar o ex-diretor da EACH Jorge Boueri por improbidade administrativa em crimes ambientais e enriquecimento ilícito, com base na Lei da Improbidade Administrativa (lei 8.429/1992), pode ter reflexos contra J.G. Rodas.

Isso porque uma representação da Adusp contra Boueri e o então reitor, protocolada no MPE em dezembro de 2013, foi apensada ao inquérito, relacionado ao aterro ilegal realizado na EACH em 2011 com a conivência da direção da unidade. Apesar de todas as evidências e dos fortes indícios de corrupção, o reitor, mesmo pressionado pela comunidade da EACH, recusou-se a destituir Boueri e seu vice-reitor Edson Leite, alegando não haver previsão para tanto no Estatuto. Prossegue ação judicial que a Adusp move contra o ex-reitor e o ex-diretor, agora em grau de recurso após rejeição em primeira instância.

Muito dura com os movimentos sociais, a gestão mostrou-se leniente e omissa no combate a ilícitos administrativos e financeiros. É bastante ilustrativo o caso da Prefeitura da USP de Ribeirão Preto (PUSP-RP), revelado pelo *Informativo Adusp* em dezembro de 2013 (edições 374 e 375). Ali, o chefe da Divisão Financeira, que ascendeu a esse cargo em 2004, apenas um ano depois de ingressar na USP em concurso, realizou pagamentos mensais duplicados para uma empresa, a Starling & Estevão, contratada para realizar, por 12 meses, “manutenção de áreas verdes” no *campus*, por R\$ 880 mil. Quando somados ao valor original os pagamentos ilegais e um aditamento de um ano já assinado pelo prefeito Osvaldo Bezzon (<http://goo.gl/qmGEUy>), a quantia total a ser efetivamente paga à empresa sobe a R\$ 2,1 milhões, embora haja dúvidas até mesmo quanto ao efetivo cumprimento dos serviços contratados.

NOVA CARREIRA E O PODER DA CCAD

Uma das heranças da gestão Suely a que seu sucessor deu prosseguimento, intransigentemente, foi a reforma da carreira docente, aprovada no Conselho Universitário, em 2009, de modo atabalhado e nebuloso. Ela se baseia na criação de subníveis na carreira (Professor Doutor 1 e 2, Professor Associado 1, 2 e 3), bem como no mecanismo da “Progressão Horizontal”, que permite aos candidatos postular ascensão aos “degraus” superiores (fazendo jus a pequeno acréscimo salarial), ou ao cargo de Professor Titular, sem fazer concurso específico, mas por meio da inscrição de seus memoriais em rodadas de avaliação confiada a um grupo de pareceristas *ad hoc*. J. G. Rodas regimentou a nova carreira no Conselho Universitário, por meio da Resolução 5.927, e escolheu a dedo os membros da Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente (CCAD), eleitos na reunião de outubro de 2011 do colegiado.

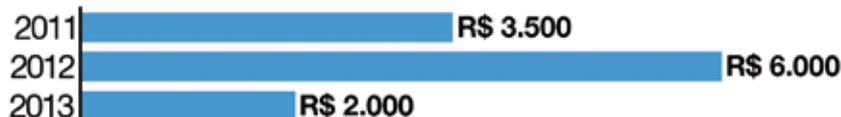
O professor Manoel Fernandes (FFLCH), então representante dos professores doutores no Conselho Universitário (e indicado para participar de uma comissão provisória encarregada de definir os critérios da “Progressão Horizontal”), assim resumiu a evolução dos acontecimentos que resultaram na criação de mais um núcleo de poder na Universidade: “A escolha da CCAD foi apenas mais do mesmo. Depois de todo histórico de aprovação de níveis horizontais de carreira com vícios questionados na justiça; de promessas não cumpridas de retomar a discussão do começo, por parte do Reitor; de ter a comissão da qual fizemos parte se reunido uma única vez, e anunciado o professor que a presidia, via *USP Destaques*, quando seria a votação dos critérios; e do massacre que foi a reunião que aprovou tais critérios em julho deste ano... os nomes aprovados, com raras exceções, são exatamente aqueles que estão em todas as comissões (CLR, COP, CAA e outras tantas), de modo repetido *ad nauseam*”.

A CCAD sentiu-se tão à vontade no papel de “xerife” da avaliação que, mal tendo completado um ano de existência, emitiu diretriz em que, extrapolando sua competência, recomendava a adoção de uma “fração niveladora”: um mecanismo de corte destinado a conter a quantidade de progressões nas unidades em determinadas proporções — geralmente, 50% dos candidatos! Depois de protestos, teve de recuar. Outra aberração é que, nos processos de avaliação para fins da “Progressão Horizontal”, cabe à CCAD dar a palavra final mesmo quando houver recurso do interessado, esgotando-se todos os conflitos no âmbito da própria comissão. Nesses moldes, não resta dúvida de que a CCAD é uma das mais típicas criaturas da gestão liderada por J.G. Rodas.

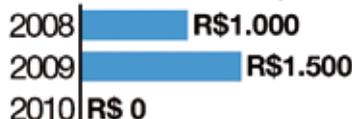
GESTÃO J. G. RODAS “como fazer amigos e influenciar pessoas”

PRÊMIOS E BONIFICAÇÕES

Concedido a todo o quadro de pessoal, o **Prêmio de Excelência Acadêmica**, criado na gestão Suely Vilela (2008), foi utilizado para desmobilizar as categorias, somando-se à concessão de auxílios como o vale-alimentação e o vale-refeição.



Prêmios concedidos pela gestão anterior:



GREVES

TOTAL DE DIAS EM GREVE DE ACORDO COM A CATEGORIA

	PROFESSORES	FUNCIONÁRIOS	ESTUDANTES	TOTAL
J. G. RODAS	82	139	191	280
SUELY VILELA	55	163	75	169



5 de maio de 2010 **57 dias de paralisação**
1. GREVE DOS FUNCIONÁRIOS
 por reajustes salariais

10 de agosto de 2011 **32 dias de paralisação**
2. GREVE DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DE LORENA
 pela inclusão dos professores e funcionários de Lorena ao quadro de pessoal da USP

8 de novembro de 2011 **120 dias de paralisação**
3. GREVE DOS ESTUDANTES
 contra a presença da Polícia Militar no Campus

10 de setembro de 2013 **50 dias de paralisação**
4. GREVE GERAL NA EACH
 por condições ambientais no campus da Zona Leste, contra a contaminação do solo, da água, vazamentos de metano e pela deposição do diretor, Jorge Boueri

1 de outubro de 2013 **50 dias de paralisação**
5. GREVE DOS ESTUDANTES
 por eleições diretas para Reitor e diretores de unidade, contra a lista tripartite, por uma estatuinte livre e soberana, pela devolução dos blocos K e L do Crusp e por um programa de cotas

REPRESSÃO

Rodas militarizou o campus. Além do convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública, aumentando a presença da Polícia Militar, ele nomeou como Superintendente de Proteção e Prevenção o coronel PM reformado Luiz de Castro Júnior. Multiplicaram-se os processos contra estudantes, funcionários e professores.

PROCESSOS POLÍTICOS

PROFESSORES
interpelados: **10**

FUNCIONÁRIOS
processados: **31**
demitidos: **1**

ESTUDANTES
processados: **86**
expulsos: **6**
reintegrados: **3**

POLICIAMENTO DIÁRIO

PPUSP *
O Coronel não liberou os números de guardas universitários, de viaturas e de câmeras até o fechamento desta edição.

POLÍCIA MILITAR
policiais: **30**
bases móveis: **2**



FUNDAÇÕES PRIVADAS

As entidades ditas “de apoio” foram deixadas bem à vontade pela Reitoria. O maior exemplo: a criação, em **2011**, do **curso pago de graduação em administração** da Fundação Instituto de Administração (FIA), fazendo concorrência ao curso gratuito existente na FEA-USP.